

Edição 230 |
Março de 2025
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

Ilustração: Elias



REMOBILIZAR PARA RESISTIR

Assembleia geral será no dia 13 de março. Página 3

Com a SMEd para o início do ano
Página 7

Conselhos e espaço de convivência
Contracapa

EDITORIAL

SINDICATO FORTE, BASE PRESENTE E PARTICIPATIVA

Neste mês de março, retomamos a publicação do nosso Primeira Classe. Depois de um tempo ausente das salas dos professores e da caixa de correio das aposentadas, essa importante forma de comunicação do sindicato volta a trazer as informações do SINPROSM para a categoria. A publicação será bimestral e trará atualizações sobre as questões que envolvem a educação, as escolas e a vida das professoras e professores da rede municipal.

O ano começou intenso e dando o tom que deve ser o dos próximos meses. Nossa primeira pauta do ano costuma ser a reposição salarial, já que temos como garantia o piso do magistério, reajustado em janeiro. A coordenação sindical esteve reunida com a nova administração para tratar do assunto, no entanto, a prefeitura atrela qualquer discussão sobre o tema a à reforma da previdência. Para tratarmos de um direito, precisaremos abrir mão de outro? Os professores municipais precisarão pagar a conta por problemas que não geraram e por omissões que não foram suas? O piso é direito que não está atrelado a qualquer outro, está garantido em lei.

Aliás, a ameaça a direitos que hoje temos, e que foram resultado de muita luta, vai exigir de nossa categoria mobilização

e resistência durante este ano. Além da previdenciária, outra reforma que está no horizonte é a administrativa. Nela, conquistas garantidas pelo nosso Plano de Carreira e pelo Regime Jurídico Único precisam ser defendidas pela categoria, que terá no sindicato a força para resistir aos possíveis ataques. O ano exigirá de todos nós união e disposição para a luta.

Se é verdade que o SINPROSM é a força dos educadores, também é verdade que

“Se é verdade que o SINPROSM é a força dos educadores, também é verdade que o sindicato só se faz forte com a participação da categoria. A participação vai além da sindicalização, ela perpassa todos os espaços de construção da nossa luta.”

o sindicato só se faz forte com a participação da categoria. A participação vai além da sindicalização, ela perpassa todos os espaços de construção da nossa luta. A coordenação, a representação das escolas, as assembleias, os atos de mobilização na praça ou nas ruas, o diálogo com os colegas e a comunidade escolar, cada instância e cada ação será tão forte quanto mais representativa for a participação da categoria.

A clareza de que cada direito que hoje defendemos não foi benevolência de nenhum governo e sim resultado da luta de tantos colegas que se comprometeram com isso antes de nós deve resultar no compromisso em fazer parte da resistência. O SINPROSM não pode ser referido em terceira pessoa. Nós somos o SINPROSM. Nós somos a força que o sindicato pode ter.



CALOR EXTREMO NAS ESCOLAS: CÉREBRO DIMINUI RACIOCÍNIO PARA BUSCAR CONFORTO

Em situações de calor extremo, o cérebro tira energia do que considera supérfluo, como a concentração e o raciocínio, e o foco passa a ser aliviar o desconforto. Em uma sala de aula, isso significa que o ensino e a aprendizagem ficam comprometidos.

É o que explica a neurocientista Lívia Ciaci à Repórter Brasil, a respeito dos impactos do calor extremo nas escolas brasileiras, ainda pouco preparadas para lidar com as mudanças climáticas.

“O corpo vai eliminar mais água para equilibrar a temperatura. Vai ter uma circulação mais superficial, os vasos dilatam, a respiração pode acelerar. É como se a gente entrasse em um estado de alerta, em que o bem-estar do corpo é prioridade e tudo o que é secundário perde importância”, diz.

O ano de 2024 foi o mais quente já registrado, segundo dados do programa de monitoramento climático da Europa, o Copernicus: 1,6°C acima da média do início da era industrial.

Em uma sala de aula com várias pessoas – portanto, com a temperatura ainda mais alta –, os efeitos fisiológicos são potencializados, e qualquer atividade que exija engajamento do aluno vai ser atrapalhada, explica a cientista.

“Nós nos agitamos procurando um ambiente mais fresco. Nossa atenção vai ficar tomada por coisas como: ‘queria uma água gelada, precisava jogar uma água aqui na cabeça’. A gente começa a desviar o foco para tentar resolver esse desconforto”, afirma.

Com a crise climática, medidas de enfrentamento ao desconforto térmico na educação são ainda mais urgentes.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, a Justiça adiou o início do ano letivo na rede estadual a pedido do sindicato de professores. Nos últimos dias, os termômetros chegaram a 43,8°C, maior temperatura já registrada no estado em 115 anos.

Segundo a Sociedade de Pediatria do Rio de Janeiro, o calor extremo favorece o adoecimento das crianças, que podem sofrer com desidratação, exaustão, câibras e insolação.

“O calor elevado também causa ressecamento da pele, desconforto nos olhos, boca e nariz e deixa todos mais irritados”, diz a entidade, ressaltando que as crianças são mais vulneráveis à desidratação porque a porcentagem de água em seu corpo é maior do que nos adultos.

Caso não haja hidratação adequada, os alunos podem sentir sintomas como tonturas, desmaios, cansaço, palpitações, mal-estar e diminuição do volume urinário.

CHARGE DO ELIAS



CAMPANHA SALARIAL

SINPROSM CONVOCA ASSEMBLEIA PARA REMOBILIZAR CATEGORIA

Sem unidade, reformas podem atropelar plano de carreira

O ano de 2025 começa cheio de desafios aos professores municipais. Reforma previdenciária, sem perspectiva de revisão salarial, ameaças ao plano de carreira, dificuldades estruturais nas escolas, menos hora-atividade, falta de professores, falta de estagiários e monitores, dentre outras menores, porém impactantes no cotidiano. Para preparar a categoria frente a tudo que se apresenta no presente e para o futuro próximo, a coordenação do Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria convoca a sua base para uma assembleia geral extraordinária no

dia 13 de março, às 18 horas, no auditório da Escola Municipal de Aprendizagem Industrial (EMAI).

“Remobilizar deixou de ser importante e passou a ser fundamental para o futuro do magistério enquanto categoria profissional atrativa. Estamos em um momento tão complexo que, se não tivermos a unidade necessária, as mudanças podem nos atropelar. Nosso histórico de luta não permite omissão”, destaca a coordenadora de Comunicação e Formação Sindical, Celma Pietczak.

Como pauta principal, a estruturação da campanha salarial



O EMAI fica na Avenida Rio Branco, 66, esquina com a Rua Manuel Ribas

tendo como fundo a afirmação do prefeito Rodrigo Decimo, em reunião com a coordenação sindical no início de fevereiro, da necessidade de uma reforma previdenciária para que seja proposta a revisão anual. A data base do funcionalismo municipal de Santa Maria é março, enquanto que a Lei do Piso Nacional do Magistério define janeiro como referência para atualização salarial da categoria. O índice concedido ao piso nacional neste ano é de 6,27%, com base na variação do valor mínimo por aluno do Fundeb.

Outra questão a ser debatida é a atuação e o posicionamento da entidade sindical durante a própria reforma previdenciária. Membro do conselho deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores

de Santa Maria (Ipassp-SM) com dois membros, o Sinprosm deverá compor um grupo de trabalho que acompanhará a construção do projeto de reforma, conforme convite feito pelo prefeito na reunião do dia 5 de fevereiro, no qual estarão representados também o Sindicato dos Municipários e a direção do instituto, além de membros do governo. Mesmo com a previsão, naquele momento, de poucas semanas para que o grupo se reúna, até agora não houve agendamento de encontros.

Para aconselhar tecnicamente a coordenação nesta área, o Sinprosm está contratando uma assessoria atuarial, indicada pela Federação dos Municipários do RS, especializada em avaliação de riscos e investimentos.

ESPAÇO JURÍDICO

FOGIARINI, LÓVATO & SOARES ADVOCACIA

PERGUNTAS (E RESPOSTAS) FREQUENTES

Professores contratados por prazo determinado podem se filiar ao SINPROSM?

Sim. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 8º, garante o direito à livre associação sindical. Isso significa, dentre outras tantas coisas, que todos os trabalhadores têm o direito de fazer parte de um sindicato.

Ademais, o próprio Estatuto do SINPROSM também corrobora essa possibilidade. Segundo seu artigo 5º, todo indivíduo que integre a categoria dos professores municipais, ativos e inativos, tem o direito de ser admitido no sindicato. Assim, todos os docentes do Município de Santa Maria, independentemente da natureza de seu vínculo com a municipalidade, podem se filiar ao SINPROSM.

Como se dá a compensação dos dias não trabalhados durante os recessos de metade e de fim de ano, no curso do ano letivo?

Muitas perguntas têm vindo em relação aos recessos de metade e de fim de ano, bem como sobre a compensação dos dias não trabalhados nos recessos. Pois bem, vamos à resposta.

Conforme consta na Instrução Normativa 06/2024, são dois os períodos de recesso previstos para o ano de 2025: O de Inverno e o de Final de Ano. O primeiro perfaz o período de 26/07/2025 a 03/08/2025, alcançando, pois, 09 (nove) dias. Porém, destes, apenas 05 dias são úteis, razão pela qual somente estes 05 dias devem ser objeto de compensação durante o ano.

Lógica semelhante se aplica ao Recesso de Final do Ano. Segundo a Instrução Normativa expedida pelo Município, o recesso compreende os dias 24, 26, 27, 28, 29, 30 e 31/12/2025, totalizando 06 (seis) dias. Ocorre que os dias 27 e 28 são respectivamente sábado e domingo e, por isso, não devem ser objeto de compensação. Ademais, os dias 24, 26 e 31/12 são definidos como

“Ponto Facultativo” pelo próprio Executivo Municipal, conforme consta Decreto n. 19, de 11 de fevereiro de 2025. Assim, não precisam ser compensados.

Ao fim, tem-se que, somados os dois períodos de recesso, deverão ser compensados apenas 07 dias letivos durante o ano de 2025.

Caso a SMED exija o trabalho em número de dias superior a esse, gerará em favor dos professores o direito à percepção de adicional de serviço extraordinário (hora extra) que, se não paga, poderá ser cobrada perante o Judiciário.

A SMED pode exigir o registro de ponto durante o exercício das “Horas Atividade”?

Durante esse período, não pode o professor ser submetido a atuar perante alunos, eis que se trata de um momento de planejamento, não de exercício da docência. É lícito, porém, ao Município ou à gestão escolar determinar que parte desse período de Hora Atividade seja prestado dentro do recinto da escola. Dito isto, vamos ao assunto do ponto. O Estatuto dos Servidores do Município de Santa Maria (Lei n. 3.326, de 1991) é bastante claro ao estabelecer que o Município tem o poder de exigir o controle do horário de trabalho de seus agentes (art. 56) por meio de ponto. Porém, tal ponto só se presta para o controle da presença do professor no local onde instalado, eis que seu objetivo é apenas controlar a presença física do professor. Então, se o livro ponto está posto no prédio da escola, nele só deve conter os horários que o professor efetivamente estiver dentro do prédio da escola. O controle do ponto dos períodos de Hora Atividade eventualmente desenvolvidos em casa ou em qualquer outro local não devem ser anotados, não devem ser anotados como se o professor na escola estivesse.

Giorgio Forgiarini
Advogado, OAB/RS n. 63.695

REFORMAS

DECIMO PRIORIZARÁ REFORMA PREVIDENCIÁRIA

Revisão salarial está atrelada à uma “solução para a previdência”, afirmou o prefeito na primeira reunião com o Sinprosm

Pela primeira vez, estiveram reunidos a nova gestão municipal e os professores componentes da coordenação do Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria. Frente à pauta proposta pela categoria, as respostas do prefeito Rodrigo Decimo, da vice-prefeita Lúcia Madruga e das secretárias presentes giraram em torno de um ponto central: reforma da previdência. O encontro aconteceu no Centro Administrativo Municipal no dia 5 de fevereiro, logo após o retorno do recesso.

A primeira questão abordada foi a revisão salarial anual, cuja data-base definida pela Lei do Piso Nacional do Magistério é janeiro. O índice aplicado em 2025 é de 6,27%, ficando estabelecido o mínimo de R\$ 2.433,89 para professores com formação em nível médio. Atualmente, o salário básico para o primeiro nível e classe do plano de carreira do magistério municipal, correspondente ao texto da Lei 11.738/2008, está em R\$ 1.651,70.

Segundo Decimo, mesmo com o índice de pessoal permitindo o reajuste, outros elementos, como a disponibilidade financeira, impedem que haja avanço neste momento. Portanto, qualquer definição de reposição salarial só ocorrerá após uma solução para a questão previdenciária e, para isto, ainda não há prazo.

“Todas as discussões que envolvem o funcionalismo, o Sinprosm deve ter voz ativa e participando de fato de sua construção”, posicionou a coordenadora de Organização e Patrimônio, Juliana Moreira, referindo-se também à uma possível reforma administrativa e atualização do Plano de Carreira. Houve a garantia, tanto de Decimo quanto de Lúcia Madruga, de que os sindicatos do funcionalismo farão parte do debate. Um encontro seria marcado para as semanas



Primeiro contato entre coordenação sindical e novo governo indicou disposição mútua para o diálogo.

seguintes, o que não havia ocorrido até o fechamento desta edição.

Falando pelos professores aposentados, a coordenadora Vera do Monte ressaltou: “esperamos que sejamos respeitados nesta reforma, por que o Estado não nos respeitou”.

RECURSOS HUMANOS

Com a secretária de Educação Gisele Bauer, a coordenação buscou informações sobre os preparativos para o início do ano letivo no que se refere a nomeação de professores no quadro efetivo, contratos, estagiários e monitores. Segundo Gisele e a secretária de Gestão de Pessoas, Solaine Massierer, um edital será publicado nos próximos dias com 64 novos professores contratados, relativos a demandas levantadas em dezembro. Ainda assim, uma nova leva de contratos deve ser realizada para o início das aulas, devido ao grande número de desligamentos de professores com contrato neste início de ano.

Estão sendo preparadas nomeações para o quadro efetivo, suprimindo as vacâncias, também a serem

publicadas nos próximos dias.

Questionadas sobre o projeto para o aumento do número de cargos estatutários, em discussão desde o ano anterior, a titular de Gestão de Pessoas afirmou que ficará para mais adiante, também relacionando-o à reforma da previdência. Atualmente, existem 1.702 vagas de professores.

Quanto a isso, a coordenadora

de Comunicação e Formação Sindical, Celma Pietczak, reafirmou a posição do Sinprosm com relação aos vínculos precários: “temos o mesmo número de professores de 20 anos atrás com dezenas de escolas novas. Esta conta nunca vai fechar. Qualidade se faz com servidores efetivos, até mesmo para a construção de vínculos com as comunidades”.



Decimo e Lúcia Madruga com a coordenação do Sinprosm no dia 5/2

ESTAGIÁRIOS E MONITORES

Soluções alternativas estão sendo trabalhadas pela Secretaria de Educação para este problema recorrente na rede municipal. Está em preparação a terceirização da contratação de 70 monitores para alunos incluídos, inicialmente para casos mais necessários, objetivando a qualificação do atendimento. Outra opção em estudo é a adoção de programa de integração, em uma espécie de residência acadêmica.

No final de 2024, a rede municipal tinha 974 vagas de estágios, enquanto que em 2017 não passavam de 300. Os estagiários trabalham no apoio aos professores nas turmas de educação infantil, enquanto que os monitores atendem alunos com necessidades especiais. “O aumento da bolsa não resolveu a falta de interesse nem ajudou a atrair estudantes qualificados para as vagas de estagiário. Eles são muito importantes para as condições de trabalho do professor”, reforçou a coordenadora de educação infantil, Deise da Silva.

MOBILIZAÇÃO

A abertura do diálogo com o Executivo foi considerada boa pela coordenação do Sinprosm. “O convite para a reunião, partindo do governo, demonstra disposição para a construção. Teremos um ano de lutas complexas e a categoria estará atenta. Ainda não sabemos o que vem por aí, precisaremos de unidade e mobilização para que nossos interesses sejam respeitados”, avalia a coordenadora de Finanças, Marta Hammel.

Uma plenária sobre o plano de carreira será realizada no início do ano letivo, em data a ser divulgada. A primeira assembleia do ano acontecerá no início de março.

Por parte do Sinprosm, também esteve presente a coordenadora das escolas do campo, Silvane Baptista de Oliveira. Participaram a secretária Carolina Lisowski, de Governança; a secretária adjunta da Fazenda, Fernanda dos Santos; a procuradora-geral adjunta para Assuntos Administrativos e Institucionais, Clarissa Pillar; e a secretária adjunta de Educação, Adriana Bortolini.

INFORMAÇÕES POR ATUAÇÃO PROPOSITIVA

Coordenação busca diálogo com presidência do Ipassp-SM e contratará assessoria atuarial



Com a presidente do Ipassp-SM, Fabiana Neves de Vargas, e com Adriano Scherer, do comitê de investimentos

As coordenadoras Marta Hammel (Finanças), Vera do Monte (Aposentados), Lenir Keller (suplente), Celma Pietczak (Comunicação e Formação Sindical), Juliana Moreira (Organização e Patrimônio) e Silvane Baptista (Escolas do Campo) estiveram reunidas, na manhã do dia 12 de fevereiro, com a presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais (Ipassp-SM), Fabiana Neves de Vargas, e o presidente do Comitê de Investimentos do instituto, Adriano Scherer.

Frente à possibilidade de uma reforma previdenciária, alegada pelo governo municipal como necessária para a revisão salarial anual, a coordenação sindical buscou entender como o Ipassp-SM está vendo o processo. Foi informado que um estudo com nove diferentes cenários, com graus variados de impacto na vida do servidor, foi apresentado pelo instituto em 2024 como linhas a serem escolhidas pelo gestor municipal. No entanto, uma empresa deverá ser contratada pelo governo para atualizar os cálculos e propor um texto, o que até o momento não ocorreu.

O Sinprosm aguarda a confirmação da reunião com a participação dos servidores, através de suas representações de classe, para que seja aberto o debate, conforme in-

dicado pelo prefeito Rodrigo Decimo no encontro do dia 5 de fevereiro.

A coordenação do Sinprosm reafirma que tomará parte de todos os fóruns possíveis para trazer a posição de sua base ao debate. E, ao longo do processo, a mobiliza-

ção da categoria será necessária.

Por tudo isso, fica claro, também, que essa possível reforma levará mais tempo do que o sugerido pelo Executivo. Fica a pergunta: o governo levará quanto tempo para propor a revisão anual justa aos servidores?

É PELA VIDA DAS MULHERES:

pele fim das violências, por trabalho digno e nossos direitos!

8M - DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES

ATO PÚBLICO SÁBADO 8 DE MARÇO

NA PRAÇA SALDANHA MARINHO

8-30H CONCENTRAÇÃO 10H MARCHA



ARTIGO

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Buscando trazer uma reflexão referente ao início do ano letivo de 2025, começo me apresentando, me chamo **Juliana Cezimbra**, sou **educadora especial** formada pela UFSM e **Mestre em Educação** pela mesma instituição. Ingressei no Magistério Municipal em junho de 2016 para atuar como professora da sala de recursos da EMEF Chácara das Flores. Quando cheguei ao município minha experiência profissional era somente com o Estado o qual não possuía o “cargo/ocupação” de “monitor”. Após entendi que a nomenclatura estava equivocada, pois na verdade esses profissionais atuam como estagiários de alunos público alvo da educação especial ou educação infantil.

Para compreendermos adequadamente a atuação do estagiário, é necessário analisar com atenção algumas legislações relevantes, como a Lei Ordinária nº 5626, de 4 de abril de 2012, que regulamenta as disposições sobre o estágio nos órgãos da administração direta e indireta do Município de Santa Maria, estabelecendo diretrizes e outras providências relacionadas. Lei Federal 13146 de 06 de junho de 2016 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (estatuto da pessoa com deficiência) a qual traz em seu artigo 3º, inciso XIII a definição de profissional de apoio escolar “profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas”.

Após o resgate histórico e a localização dos marcos legais pertinentes, passo a abordar uma questão que tem se mostrado cada vez mais emergente ao longo dos anos letivos na rede municipal de ensino: a escassez de estagiários para desempenharem a função de profissionais de apoio aos alunos do público-alvo da educação especial, bem como para as turmas da educação infantil.

Essa carência tem se tornado uma preocupação crescente, uma vez que a presença desses estagiários é fundamental para garantir o acompanhamento adequado, a inclusão e o desenvolvimento pleno desses estudantes. Além disso, a falta desses profissionais compromete a implementação eficaz de políticas públicas de educação inclusiva, que buscam proporcionar igualdade de condições para todos os alunos, independentemente de suas necessidades.

No ano de 2024, o sindicato dos professores realizou uma pesquisa entre as escolas públicas municipais que apontaram a falta de mais de 300 estagiários. Existem várias explicações para esse apagão de profissionais, remuneração muito baixa, aumento da idade mínima (estabelecida pelo Ministério Público do Trabalho), critérios de contratação, aumento significativo do número de vagas nas escolas com cada vez mais estudantes

necessitando do apoio desse profissional.

Para pensar na produção dos sujeitos incluídos no contexto da educação escolar é importante entender a escola como o espaço onde a inclusão ganha status de verdade. Pois a mesma trata-se de um espaço privilegiado para a constituição do sujeito útil e adaptado a sociedade. A produção desse sujeito dá-se pelas ações de governamento que no seu interior são operacionalizadas, tendo como objetivo externo colocar em funcionamento na sociedade sujeitos autônomos e produtivos, sujeitos que cuidam de si, principalmente. Nesse contexto podemos pensar que o profissional de apoio é muitas vezes colocado como o responsável pela inclusão desse estudante na escola.

O discurso da “educação para todos” é um investimento do Ministério da Educação (MEC) juntamente com as políticas públicas. Para tal

solução para essa questão tão emergente que merece atenção dos nossos governantes e da sociedade. Há que se estruturar uma política pública para que o profissional de apoio seja uma realidade, talvez com a criação do cargo do mesmo em nossa cidade ou da mudança na forma de contratação.

O que não podemos é iniciar mais anos letivos sem assegurar a todos os alunos o que diz a LDBEN 800 horas aula e 200 dias letivos. Não podemos mais permitir que a inclusão seja responsabilidade somente da educadora especial da escola e ou do estagiário. A educação é direito de todos e dever do Estado, precisamos cobrar e participar de ações efetivas para que possamos assegurar a qualidade de acesso e permanência de todos os nossos estudantes, assim é necessário que os olhares e as práticas adotadas sejam questionados, a fim de promover outros modos de olhar para os sujeitos, para a escola e para as diferenças que nela existem.



investimento o MEC adotou a proposta “Educação para Todos” apresentada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e elaborou em 2008 a nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, instituindo assim a inclusão como um regime de verdade.

Porém, as preocupações com a inclusão não são típicas de nossos dias. No século XVII, Comenius falava de “Escola para Todos”, estendendo a escola para aqueles que não tinham acesso, principalmente os pobres, as mulheres e as pessoas com deficiência, dessa forma todos deveriam passar pelo processo de escolarização e deveriam se enquadrar ao padrão imposto pela escola. Mas, é nos últimos anos, principalmente depois da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 que a inclusão tomou força de lei.

Nesse sentido podemos fazer uma problemática buscando entender que a inclusão não pode ser depositada na conta do profissional de apoio/estagiário, sendo uma responsabilidade do Estado. Trago todas essas reflexões e alguns resgates históricos para que possamos pensar juntos uma

A existência de novas possibilidades e novos olhares para a inclusão são práticas importantes e necessárias para os profissionais que atuam na educação, sobretudo os professores que têm alunos incluídos. Ao desnaturalizar tais noções, podemos experimentar outras posições, outros modos de olhar para esses alunos incluídos, para a escola, para a inclusão.

A educação é um território de luta constante e de incertezas, de envolvimento com o ensino e a aprendizagem, assim se faz necessário que haja questionamentos e desconfianças daquilo que é tido como verdadeiro e único. Perceber essas questões sob suspeita pode provocar outras formas de olhar o sujeito da aprendizagem e de inventar outras cenas educativas na escola.

Os processos de inclusão é um tema central nas discussões entre os profissionais que atuam com os alunos incluídos. No entanto, é imprescindível que essas discussões sejam potencializadas na problematização dos discursos que vêm produzindo os sujeitos da inclusão, apontando outras formas de olhar e narrar esses sujeitos. Talvez seja justamente dessa forma que a reflexão sobre a inclusão se torne tão essencial quanto sua efetivação nas escolas e possamos pensar e efetivar uma escola para todos.

ANO LETIVO

APARAR ARESTAS, TIRAR DÚVIDAS, COBRAR E SUGERIR

Secretária Gisele Bauer e equipe da Secretaria de Educação receberam a coordenação do Sinprosm no dia 19



Contratações, nomeações, estagiários, adoção das apostilas, planejamento e questões específicas da educação física na pauta com a secretária

Em resposta à solicitação do Sinprosm, a secretária de Educação, Gisele Bauer e as gestoras de setores importantes da pasta, como a adjunta Adriana Bortolini; a superintendente de Gestão de Pessoas, Simone Freo; e a chefe de Gabinete, Janaina Marinho, receberam no dia 19 de fevereiro as coordenadoras Juliana Moreira, Marta Hammel e Celma Pietczak. O objetivo foi tratar de questões específicas do início do ano letivo, relatadas abaixo.

Falta de professores: grande número de professores chamados para contratos no início do ano, com as necessidades do Plano de Lotação de Pessoal em dezembro. Antes do início do ano letivo, no entanto, número considerável de contratados pediu rescisão de contrato, abrindo novas vagas. Estas são as necessidades do início do ano, chamados em novos editais. Segundo o prefeito, em entrevistas no primeiro dia do ano letivo, haveria a falta de 50 professores. No edital anterior, eram mais 60 contratos.

Hora-atividade: teremos atraso na garantia deste direito, pelo

menos neste início do ano. A prioridade será o atendimento em sala de aula. Com isso, os professores de planejamento estão sendo remanejados, sem previsão de retorno imediato a esta função.

A secretária Gisele reafirma o compromisso com a hora-atividade de um terço da carga-horária para todos. Sem garantir, entende como possível o avanço no segundo semestre.

A comissão criada para a sua implementação deverá ter continuidade, com o objetivo de acompanhar a progressão do direito na rede.

Número de cargos: mais uma vez, a criação de novos cargos está condicionada à reforma previdenciária. No Plano de Carreira existem 1700 cargos de professor para a rede municipal. Com o aumento da rede, esta quantidade é insuficiente para a demanda existente, principalmente na Educação infantil.

No final de 2023, a então secretária Lúcia Madruga citou a intenção da criação de mais 500 cargos. Para isso, será necessária a aprovação de um projeto de lei modificando o

Plano de Carreira, o que dá margem para a modificação de outros pontos da lei. Hoje, praticamente todos os cargos estão ocupados, então as nomeações de efetivos ocorrem apenas em vacâncias, como exonerações e aposentadorias.

Apostilamento: de 5º ao 9º anos, 100% dos estudantes receberão o material do Aprende Brasil. Segundo a SMEd, a ampliação da cobertura do apostilamento se deu pela aprovação de 98% dos professores nas escolas em que foi adotado como projeto piloto.

Sobre a possibilidade de engessamento e redução da autonomia pedagógica em sala de aula, a gestão entende que o material deve ser entendido como complementar ou pode ser complementado pelo professor com conteúdos contextualizados ou de interesse. O que contrasta, em termos, com o que foi apresentado nas formações no início do ano letivo, que deram um tom mais impositivo no uso da apostila.

Estagiários e monitores: a diferenciação das funções precisa ser

melhor especificada, na visão da gestão. Está sendo feito o levantamento das necessidades legais para monitores, a fim de dar eficiência no atendimento e evitar exageros na demanda.

A terceirização e o programa de integração, em forma de residência, ainda estão em análise.

Educação Física: o treinamento esportivo poderá ser inserido como API na carga-horária do professor, a ser definido pela escola. Com isso, poderão ser ofertadas condições para dedicação a eventos como os Jogos Esportivos Escolares, sem afetar a oferta da educação física escolar regular.

Em resposta a um questionamento da coordenação sobre a obrigatoriedade do pagamento do registro no Conselho Regional de Educação Física para o ingresso na rede municipal, a SMEd solicitou uma provocação formal para que a questão seja avaliada pela Procuradoria Geral do Município. No dia 25 de fevereiro, o documento foi encaminhado.

REPRESENTAÇÕES DO SINPROSM EM CONSELHOS MUNICIPAIS E FÓRUMS

RETORNO DO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA MARCADO PARA 17 DE MARÇO

Políticas públicas são construídas, discutidas, acompanhadas e avaliadas em colegiados públicos de participação social: os conselhos municipais. Ocupar estes espaços abre a possibilidade de influência direta no seu andamento, fazendo com que a voz dos professores seja ouvida nas decisões de interesse classista ou para a cidade.

Como entidade representativa da categoria, o Sinprosm tem assento em diferentes conselhos municipais, além de diferentes fóruns de discussão, comitês e comissões.

Abaixo, a relação desses espaços e o professor que atualmente representa a categoria:

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME)

Titular – Lenir Keller

Suplente – Eduardo de Quadros Melo

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB (CACF FUNDEB)

Titular – Marta Hammel

Suplente – Deise da Silva

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE)

Titular - Deise da Silva Vieira Marques

Suplente – Silvane Baptista de Oliveira

CONSELHO DELIBERATIVO DO IPASSP

Titular – Juliana Corrêa Moreira e Celma Pietczak

Suplente – Marta Hammel e Silvane Baptista de Oliveira

CONSELHO FISCAL DO IPASSP

Titular – Lenir Keller

Suplente – Zilá Pozzobon

COMISSÃO DE COMPANHAMENTO E IMPLANTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR E HORA-ATIVIDADE

Marta Hammel, Juliana Corrêa Moreira



Ao final de cada ano, grupos formados a partir das diferentes atividades do Espaço de Convivência realizam confraternização coletiva de encerramento

Dentro de sua função de oportunizar o convívio de professores da ativa e aposentados filiados à entidade, o Espaço de Convivência na sede da entidade retoma suas atividades no dia 17 de março.

A coordenação está organizando a grade de horários e atividades. As oficinas, a princípio, continuam as mesmas: dança, ritmos, exercícios hipopressivos, pilates, alongamento, reiki, massoterapia e artesanato. Poderá, ainda, haver acréscimos. A publicação da grade e a abertura de inscrições começa-

rão em 10 de março, novamente na secretaria do sindicato, com Eva ou Lislei.

Apenas uma mudança está confirmada. Em decisão pessoal, a colega Glenir não continua no artesanato neste ano. “Temos muito a agradecer por tudo de bonito que fez conosco nesses anos todos, primeiro em dupla com a Adeli, depois sozinha à frente da oficina. É uma colega de luta que agora vai aproveitar a aposentadoria”, reconhece a coordenadora de Aposentados, Vera do Monte.



Primeira Classe é uma publicação bimestral do Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria

CNPJ: 92458835/0001-08

Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040

Santa Maria - RS

Contato: (55) 3025-5458



PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
REDAÇÃO, REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.650 exemplares

COORDENAÇÃO:

Organização e Patrimônio: Juliana Corrêa Moreira
Aposentados: Vera Terezinha Simon do Monte
Comunicação e Formação Sindical: Celma Pietczak
Finanças: Marta Hammel
Educação Infantil: Deise da Silva
Escolas do Campo: Silvane Baptista Oliveira